

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE FEVEREIRO DE 2012 ----Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro de dois mil e doze, pelas 20H25M, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório Municipal do Páteo do Valverde em Azambuja. ------

ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal

Ponto 2 - Protocolo com Juntas de Freguesia - Delegação de Competências P 09/P/2012

Ponto 3 - EMIA, E.M. - Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada de Azambuja - P 11/P/2012

Ponto 4 - Demonstrações Financeiras 1º Semestre 2011 - Informação Nº 13/P/2011

---- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso e secretariaram a reunião, o Sr. José Luís Marques dos Santos, em substituição do Sr. Rui Augusto Nabais, 1º Secretário, e o Sr. Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, 2º Secretário. ----- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais Senhores António Batista Marques, António Francisco Nunes Godinho, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, Pedro João Simões Cardoso, Daniel Albino Lopes Claro, David José Pinto Mendes, Dina Teresa Sousa Patrício, Francisco António Galvão Morgado, Herculano Valada Martins, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Isabel Maria Corrêa Franco, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Luís Marques dos Santos, José Manuel Isidoro Pratas, Justino Cláudio de Oliveira, Lúcio Manuel Cardador Costa, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria de Lourdes Firmino Piriquito, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Pedro Manuel Raimundo Duarte Coelho, Rita Adriana Gonçalves Domingos, Luís Eduardo Salvaterra da Silva, Sérgio Paulo Rodrigues Ramos Jorge e Carlos Alberto Antunes Nabais. --------- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os Senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, Silvino José da Silva Lúcio e António Jorge de Oliveira Lopes, Vereadores. ---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar que os Senhores António Montez Amaral, Fernando Emídio Costa e Vera Lúcia Raimundo Brás do Santos, iriam ser substituídos por, prospectivamente, Pedro João Simões Cardoso, Dina Teresa Sousa Patrício e Carlos Alberto Antunes Nabais. --------- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio e, após ter saudado todos os presentes, informou que estava constituída a Mesa, havia "quórum" e, assim sendo, ia dar início aos trabalhos. Referiu também que, por se tratar de uma reunião ordinária, haveria dois períodos antes da ordem do dia, um para o Público e outro para os Senhores Deputados. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

Interveio o Sr. António Ferreira Ramada, querendo ser esclarecido sobre algumas
Agentoes and se distingiii com s localidade ondo more casata il pi
nomeadamente, sobre a reparação do troço de estrada junto à Avipronto, a
numeração das ruas e os esgotos
fosse o Sr. Vereador Silvino Lúsic a recent da Câmara pedindo autorização para que
fosse o Sr. Vereador Silvino Lúcio a responder ao municipe.
O Sr. Vereador tomou então e referencia de municipe.
O Sr. Vereador tomou então a palavra para explicar que o estado do troço de estrada referido resulta da construção de
The state of the s
mina obtatao cicyatolia a sel tilistilia filipto do compo de Estas ana tenta de la
and obtained Aguas do Deste Has, appear da proceso foita pola Câmara
The same contributed a guide sistematical menta a reterrata abra
rad riaverido mais intervenções por parte do público o con procidente de la
and a paratia and penindies peninding wildings a
O Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues pediu a palavra dizendo que
The street of the total and the total and the street of th
TOVOLLOVI) WILLIA CIII UBE ELA VELENDOL DON TON NOCOBIAS ANGRE TE CITE I
and resposed de IOAL - O PIOIEIO OD CENTRO Comercial de Azembuila de
The state of the s
- 1 - 2 00 note go gocumento (Atiexa il alle regigni com base ne menorico (1
The without the mandou este and. By the declarated a time because at the
This is a second of the control of t
The state of the s
The state of the s
Segulative titlervero o Sr. Deputado Municipal Danial Claus, Outside Co.
PUNITURE VIGALI CIDEN UNARRIBE COMOTACAO DISTINDIRIO A FARE LA
3. As as independed to the filling both Memoria for title a mining
The troiter point (the theoligidal). (Bill albima Amorao nor voltor and the second
The ab serices de Aveilas, a sell dassada Arc Aconcolhou a Camara - Jan .
2, who interide a recollid addition alleral blocklidianges comparients and a
a segurda questas prefide se com a regirção do número do froguesias a mais de seguina de
aproported a seguinte alla Hilleria.
///
Considerando que:
1. U Governo tem manifestado a intenção do reduzir a mássa e constituidade de contrata de
The street was dearly followed by the political dimension of the street street in the street street in the street
estas muito arreigadas na organização local das populações e na satisfação das duas
necessidades;asamzação tocar das populações e na satisfação das duas
3. Que qualquer alteração a esta realidade deve ser precedida de uma atempada reflexão, estratégica, sobre os importantes procedidas de uma atempada
desenvolvimento sustentado do município e região onde se inserem;
4. Que essa reflexão deve ser objeto de escrutínio pelos órgãos autárquicos locais,
mas sobretudo tem de ter uma participação ativa das populações quer na discussão
do processo, quer na decisão final;
5. Que as anunciadas intenções do Governo poeto material
5. Que as anunciadas intenções do Governo, nesta matéria, e o próprio calendário proposto, impossibilitam quer uma raflovão actuatário
proposto, impossibilitam quer uma reflexão estratégica, quer a participação vinculativa das populações, antes se pautando apenas participação
vinculativa das populações, antes se pautando apenas por critérios financeiros (aliás discutíveis) sem qualquer verdadeiro e demonstrado carácter estrutural:
The same of added to a demonstration caracter estrutural accession



6. A Constituição da República reserva para lei da Assembleia da República a divisão
administrativa [artigos 164ª, alínea n) e nº 236, nº 4], exigindo assim a exclusivo competência desta nesta matéria;
7. A Constituição exige ainda, quanto às alterações ao mapa dos municípios, seja ele
por criação, extinção ou modificação territorial, a audição dos órgãos do município
afetado (artigo 249°);
8. Igual exigência acaba por decorrer da Carta Europeia da Autonomia Local, tratado
internacional a que Portugal aderiu e a que se encontra vinculado, e que exige, na
seu artigo 5°: "As autarquias locais interessadas devem ser consultadas previamente
relativamente a qualquer alteração dos limites territoriais locais, eventualmente por via d
referendo, nos casos em que a lei o permita";
9. A Carta Europeia da Autonomia Local, introduz um novo elemento à discussão: o
consulta por via do referendo, quando a lei o permita;
10. Para o efeito basta que a lei contemple a audição das autarquias afetadas e que
esta audição tenha carácter vinculativo, com prazos adequados à realização de
referendos locais, permitindo assim um aprofundamento do processo democrático,
através da participação das populações na definição do seu destino
A Assembleia Municipal de Azambuja, reunida em sessão ordinária no dia 29 de
Fevereiro de 2012, nos termos do artigo 53°, nº 1, alínea p) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual radação, delibera.
Setembro, na sua atual redação, delibera:
1. Assumir a defesa da realização obrigatória de referendos locais, nas autarquias afetadas quando esteja em causa a criação, extinção, fução en elternação territorio.
afetadas, quando esteja em causa a criação, extinção, fusão ou alteração territorial das autarquias locais;
2. Mandatar a Comissão Permanente para se reunir no prazo de 15 dias com os
Presidentes de todas as Juntas do Concelho e definir uma estratégia sobre esta
matéria;
3. Remeter a presente moção às seguintes entidades: Presidente da República,
Primeiro-Ministro, Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Grupos
Parlamentares da Assembleia da República, Associação Nacional de Municípios
Portugueses e ANAFRE
Azambuja, 29 de Fevereiro de 2012"
O Sr. Deputado Municipal David Mendes pediu também a palavra para dizer que a
CDO ira apoiar esta moção do BE. Referiu que a discussão se deve iniciar sem
complexos, devendo olhar-se para o Concelho de uma forma construtiva.
inevitavelmente terà que se dar cumprimento à proposta de lei que, à partida, fixa
duas unidades urbanas, Azambuja e Aveiras, deixando as outras sete freguesias para
se reorganizarem. Independentemente de a proposta de lei ser alterada ou não, a
discussão tem de ser iniciada
O Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis pediu também a palavra
querendo ser esclarecido sobre algumas questões, nomeadamente, a postura de
trânsito em Aveiras de Cima, se a verba despendida pela Câmara para a feira de Maio
de 2011 foi, efetivamente, de 325.000 euros e se este ano a duração da feira é mais
curta. Na opinião do Sr. Deputado o dinheiro que se vai gastar com a feira seria
melhor aplicado na reparação das piscinas municipais. Abordou ainda outras
situações, tais como, a iluminação da Praça dos Imperadores, os rails de proteção da
estrada do cemitério, os esgotos em Manique do Intendente. Chamou, uma vez mais,

a atenção para as irregularidades praticadas pelas Águas de Azambuja com a agravante que, nalguns casos, a emissão das faturas passou a ser bimensal sem o consentimento do consumidor. Sobre a Banda do Alto Concelho quis saber se a mesma ainda funciona, já que, não funcionando, os instrumentos e restante espólio deveria reverter a favor das outras bandas do Concelho. Colocou ainda a questão do novo mapa judicial e os inconvenientes que o mesmo acarreta para o Município de Azambuja.
Seguidamente pediu para intervir o Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas para informar que a Sra. Deputada Municipal Dina Teresa Sousa Patrício tinha sido indicada para integrar o Conselho Municipal da Juventude e para apresentar a seguinte proposta: "PROPOSTA
No seguimento da recomendação aprovada por esta Assembleia Municipal, a Comissão Permanente propõe que a Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal tenha a seguinte composição:
 António Cardoso António Godinho
• Daniel Claro
David Mendes
• Francisco Jerónimo
José Manuel Pratas
• Rui Nabais
Assingram a proposta as Deputados Municipais José Manuel Bustan and BS Deput
Assinaram a proposta os Deputados Municipais José Manuel Pratas, pelo PS, David José Pinto Mendes, pela CDU, António Francisco Nunes Godinho, pela CPFNT e Daniel
Albino Lopes Claro, pelo BE."
Pediu para intervir o Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira querendo obter do
Sr. Presidente da Câmara a confirmação da não construção do Parque Urbano da
Milhariça. Inquiriu sobre a situação do emissário de Vale do Brejo e Vale Coelho e do
Centro Escolar de Aveiras de Cima.
O Sr. Deputado António José Rodrigues voltou a intervir para dizer que, após
consulta a alguns jornais locais, a propósito da Lei 8, constatou que um deles (Fundamental on-line) refere que o Sr. Presidente da Câmara terá dito, na última
reunião de Câmara, que com a entrada em vigor desta lei a Câmara terá que fechar
as portas. No Correio de Azambuja vem um anúncio da Coligação PFNT para um
debate sobre a fusão de freguesias que, em sua opinião, é oportuno. Lamentou, no
entanto, que a Câmara não tivesse já tomado a iniciativa de discutir o assunto.
Apesar de concordar com o teor da moção apresentada pelo BE, a CDU acha que há
pouca justificação para encerrar ou fundir freguesias. As freguesias são o único elo
entre as populações e a Administração. Um outro jornal fala da extinção da EMIA. Só
agora é que a Administração Central chegou à conclusão que as empresas municipais
são uma fraude quando ele já o anda a dizer desde que a EMIA foi criada. O que está preconizado nos estatutos da EMIA são tarefas adstritas à Administração Local, da
responsabilidade do Executivo Municipal. Vem também publicado num jornal que
Azambuja terá que tratar dos seus problemas judiciais em Loures, Alenquer, Sintra e
Lisboa. Será uma afronta à população de Azambuja, se esta medida for posta em
prática, com a conivência do Orgãos da Administração Local, da Câmara Municipal
em especial, porque não tem feito nada sobre este assunto. Defende o Sr. Deputado
que a Câmara se está a por numa situação em que, um destes dias, uma parte do seu



território será entregue ao Concelho de Alenquer e a outra parte ao Concelho do Cartaxo. Lembrou que o norte do Concelho de Azambuja estará muito melhor servido, em termos de infraestruturas, quer de apoio ao Serviço Nacional de Saúde quer de apoio a Serviços Judiciais, se estiver virado para o Distrito de Santarém. Como nota final desta sua intervenção disse que os problemas da Câmara são estruturais e não conjunturais como tem ouvido nas Assembleias. A Câmara Municipal, nos últimos anos, não tem seguido os melhores caminhos em termos de programação de obras, elaboração de planos de atividade e orçamentos. Faz-se esta ou aquela obra para satisfazer interesses da EMIA e outros interesses que em nada têm servido o Concelho de Azambuja como, por exemplo, a opção pelas Águas do Oeste e Águas de Azambuja. O Sr. Deputado fez ainda menção à publicação de uma notícia sobre a contratação de um funcionário para gestão de eventos que, também do seu ponto de vista, não faz qualquer sentido. Acrescentou que o importante seria haver um funcionário que percebesse de contabilidade e fosse analisar as contas das coletividades, já que a Câmara atribui os subsídios mas não sabe onde o dinheiro é gasto -----

Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal António Godinho. Relativamente à regionalização administrativa autárquica disse ser extremamente importante lançar a discussão deste tema, trazer as populações a as várias entidades interessadas à coação, preparar algum tipo de intervenção e criar mecanismos para que os órgãos municipais se pronunciem sobre a matéria, bem como os órgãos das freguesias. Nesta perspetiva a Coligação PFNT disse que o importante é saber o que é que está em discussão, em que termos irá ser aprovada a legislação, uma vez que há alguns documentos a circular mas nada está, por enquanto, concretizado. Perante este cenário, o Sr. Deputado Municipal anunciou que a Coligação irá lançar um debate, no próximo dia 9 de Março, sobre estas questões. Informou que foram convidados vários Autarcas das Freguesias que poderão ser, eventualmente, objeto de fusão e o Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local. ----No que diz respeito à moção do BE, o Sr. Deputado referiu a importância da audição das populações mas não no sentido do que a lei define, em termos de extinção ou de união de freguesias, porque se forem inquiridas responderão olhando para si próprias e querendo o que já têm. Havendo freguesias a extinguir deverá, isso sim, perguntarse às populações onde querem ser integradas. Concretamente sobre a moção disse que se o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro estiver na disposição de a alterar por forma a conter este tipo de referendo ou a consulta popular, a Coligação concordará globalmente com ela e poderão aprová-la. A manter-se apenas com um referendo à auscultação sobre questão da fusão a extinção das freguesias a Coligação, naturalmente, não a aprovará. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro interveio novamente dizendo que este é um processo enviesado e está a ser uma máquina de distração local uma vez que, o que está em cima da mesa é para distrair os cidadãos de coisas muito mais importantes e sérias. Disse que estaria na disposição de conversar com a Coligação PFNT acerca da sua sugestão se este processo não tivesse coisas perfeitamente inqualificáveis. Já nem sequer está em cima da mesa a questão de critérios estruturais em termos de ordenamento do território. Chegou-se ao ponto da percentagem. Existem apenas dois locais que ficam de certeza absoluta, Azambuja e Aveiras de Cima, o resto é "x%". Porém, para ser à percentagem, implicava que houvesse uma reflexão em termos de plano estratégico municipal para que se soubesse, adequadamente, onde intervir cirurgicamente, que fosse melhor para as populações e para a organização territorial

do município. O BE foi o primeiro a falar em matéria de reorganização administrativa. Na Assembleia do Estado do Município a sua intervenção preconizava especificamente a união voluntária de freguesias para a persecução de determinados objetivos, nomeadamente, a descentralização de competências. Este seria o primeiro passo para o esbatimento das tais "capelinhas". Este não é um processo sério devido ao tempo onde vai cair, que será Junho/Julho, altura em que se irá discutir a execução orçamental e o Governo sabe que vai ser complicado. Três meses para mexer numa tradição de cento e cinquenta anos não é, nem pode ser, um processo sério. A via referendária está na moção fundamentalmente como instrumento para as populações se defenderem de um assunto que não é sério. Se o Governo quisesse realmente poupar nas autarquias não era por aqui. Para que houvesse poupança teria de se mexer noutras coisas. Disciplinando os ajustes diretos que são feitos indiscriminadamente por parte das câmaras municipais e sobretudo pelas empresas municipais. Analisando concretamente as competências que as Câmaras têm e a forma como as exercem. O Governo apenas mexe na parte mais fraca, que são as freguesias, sobretudo as pequenas freguesias. Como o assunto não é sério, a resposta será dar à população um instrumento para que se possa, eficazmente, opor. --------- O Sr. Presidente da Mesa interveio a seguir para dar nota de uma tomada de posição da ANMP, que retirou da internet, a qual exige que as decisões sobre a reorganização administrativa autárquica devem ser da competência das Assembleias Municipais com consulta às Freguesias, pelo que rejeita o modelo em que a mesma está a ser feita. - --------- O Sr. Deputado José Manuel Pratas interveio dizendo estar de acordo com a posição tomada pela ANMP. --------- O Sr. Deputado António Godinho voltou a intervir para dizer que o que a ANMP defende não é nada de novo porque o caminho é mesmo esse. Todavia, se as Câmaras e as Assembleia Municipais se demitirem do seu papel alguém terá que decidir. Havendo propostas concretas por parte destas entidades com certeza que também haverá respostas. A Reorganização das Freguesias é uma matéria, entre muitas, que é necessário fazer. Em 90 dias muita coisa pode ser feita. O Sr. Deputado acrescentou que os 4 elementos que compõem a Coligação PFNT estão disponíveis para ir junto das populações, falar com elas, conversar, auscultar, para depois aqui serem tomadas decisões. No entanto, pretendendo-se argumentar com a questão dos 90 dias para não se fazer nada é uma opção que não leva a nada. --------- Interveio a seguir o Sr. Francisco Morgado para informar que a ANAFRE tinha já aprovado, em Dezembro, uma moção contra o chamado "livro verde", que foi votada e aprovada com apenas 2 abstenções, sendo que as freguesias do país são de todos as cores políticas. No próximo dia 10 de Março está marcado um encontro de autarcas para discutir este assunto. Depois ter dado estas informações quis saber em que situação se encontra o assunto da Estação dos CTT de Alcoentre. ---- Interveio o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro dizendo que é necessário discutir a reorganização administrativa na Assembleia Municipal, em conjunto com o Executivo Camarário e com as Juntas de Freguesia do Concelho, tendo em vista uma definição do que há a fazer depois de a lei estar aprovada. Se tiver que haver fusão de freguesias, deverão auscultar-se as populações no sentido de saber por qual das freguesias vizinhas pretendem optar. --------- A seguir pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Lúcio Costa. Referiu concordar com o conteúdo da Moção do BE e, principalmente, no que diz respeito ao "timing"



escolhido pelo Governo para esta questão das freguesias. Serve para que a população ande ocupada e exaltada com este assunto, esquecendo outros assuntos e outros valores. Quando se fala na fusão/agregação/extinção de freguesias no Concelho de Azambuja, todas as forças políticas têm de ter um discurso muito sério, porque o que se passa ou vai passar nos outros Municípios não nos diz respeito. Questionar a importância de uma Junta como Azambuja não é a mesma coisa que questionar a importância de uma junta como Vila Nova de S. Pedro, na medida em que as facilidades para resolver os problemas de ambos os fregueses são bastantes diferentes. Uma porque tem a sede do Concelho em Azambuja e outra porque dista a 30 quilómetros. Tudo o resto é pura demagogia se este raciocínio não for o caminho para essa discussão. -------- O Sr. Deputado Municipal Sérgio Ramos Jorge pediu a palavra para dizer que a população de Vale do Paraíso não está disposta a ser agregada. Esta Freguesia tem entidade própria e tem história. Na sua opinião a Assembleia Municipal deve tomar medidas e não ficar à espera que seja a Administração Central a decidir o que fazer no nosso Concelho e que todas as forças políticas devem estar envolvidas. --------- O Sr. Deputado Daniel Claro pediu mais uma vez a palavra para dizer que a figura do referendo é muito importante e deve vir contemplada na futura lei. --------- O Sr. Deputado David Mendes interveio novamente não para falar deste assunto, mas para dizer que a Câmara deve olhar urgentemente para as estradas secundárias que servem o trânsito de pesados, principalmente em Aveiras de Cima onde são mais utilizadas. --------- Para responder às questões colocadas, interveio o Sr. Presidente da Câmara. -----Começou por dizer que concorda que as tradições devem basear a cultura de um povo, sendo prova disso o trabalho que a Câmara tem feito em Aveiras de Cima, recreando a Ávinho, estabelecendo a Vila Museu do Vinho, colocando no Largo da República um monumento evocativo das tradições daquela localidade. A recolha de fotografias mencionada pelo Sr. Deputado Municipal Daniel Claro está inventariada pelo Município, crendo que foi a mesma utilizada na inauguração da Sede da Vila Museu do Vinho. ----Sobre a postura de trânsito em Aveiras de Cima, o Sr. Presidente informou que os trabalhos estão a ser desenvolvidos no sentido de a resolver com a brevidade possível. -----Em resposta ao Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira, o Sr. Presidente informou que, presentemente, não existem condições financeiras para avançar com a construção do Parque Urbano da Milhariça. Relativamente à construção do Emissário do Vale do Brejo, disse que se aguardava por um despacho do Sr. Secretário de Estado sobre a expropriação de dois terrenos uma vez que não se conseguiu chegar a acordo com os proprietários. Ultrapassada esta formalidade será construída a estação elevatória e concluir-se-á o processo do emissário. Quanto ao Centro Escolar de Aveiras de Cima informou, igualmente, o Sr. Presidente que a obra é para avançar. Têm estado a decorrer negociações com a InAlentejo para o financiamento deste e do Centro escolar de Vila Nova da Rainha. -----Relativamente às questões apontadas pelo Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues, o Sr. Presidente esclareceu que as crises conjunturais ou estruturais não são sinónimo de más opções estratégicas. Quando se diz que a Câmara atravessa uma crise conjuntural, trata-se de uma situação que afeta a generalidade das Câmaras do País e é, também, uma crise generalizada a todas as instituições, países e pessoas, com maior ou menor intensidade nuns casos que noutros. Nos Municípios existe uma

crise estrutural motivada basicamente por haver uma lei das finanças locais que é completamente desfasada dos fundamentos do mercado atual. Esta lei é baseada no mercado imobiliário que desapareceu do próprio mercado. Basta constatar que os Municípios que estão em pior situação financeira são, exatamente, aqueles onde o mercado imobiliário foi extremamente forte na última década. Exemplo disso são os Municípios do Algarve. Quanto à EMIA o Sr. Presidente informou que deu nota ao Sr. Presidente da Assembleia dos relatórios da IGAL e do Tribunal de Contas, sobre as últimas inspeções ordinárias feitas à Câmara, onde esta empresa foi devidamente escrutinada. Curiosamente, disse o Sr. Presidente, as Entidades Inspetivas dizem que os estatutos têm de se alterados porque contêm atribuições que não são atividade municipal, sendo que as empresas municipais só podem ter atribuições de âmbito municipal. A EMIA na última alteração aos seus estatutos incluiu uma alínea sobre a intervenção no mercado de habitação, porque se previa que ela pudesse vir a funcionar como a sociedade gestora de reabilitação urbana. Agora vem o Tribunal de Contas dizer que a dita alínea tem de ser retirada, porque intervir no mercado habitacional não é uma atividade municipal. Logo, não sendo uma atividade municipal, não pode ser transposta para os estatutos da EMIA. Assim sendo, a lógica é completamente inversa àquela que o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues invoca. A EMIA foi um instrumento para fazer obras fundamentais para a nossa população. O Sr. Presidente disse ter conhecimento do estudo anunciado pelo Governo no sentido de reestruturar o setor empresarial local e, nessa perspetiva, não sabendo ainda quais são as linhas com que a mesma vai ser feita, pode vir a estar em causa efetivamente o futuro da EMIA. -----No que diz respeito ao mapa judicial disse também o Sr. Presidente que se teve conhecimento das intenções do Governo apenas há um mês, e que as leu muito atentamente tendo chegado à conclusão que existe muita confusão. Nesse sentido pediu aos serviços para fazerem uma análise da situação para, depois, e com o apoio de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, iniciar um processo de reivindicação. Não para ter um tribunal em Azambuja, mas para manter o acesso dos munícipes à prática da justiça, que seja compatível com a suas necessidades e com um mínimo de comodidade. Nesta perspetiva as opções ideais seriam Cartaxo/Santarém ou Alenquer/Vila Franca de Xira, já que as indicadas pelo Governo, Loures, Lisboa e Sintra, não têm qualquer razão de ser. -----Sobre as freguesias, na opinião do Sr. Presidente, não faz sentido tomar qualquer iniciativa sem conhecer previamente a lei. Se a Câmara tivesse tomado alguma atitude quando saiu o livro verde, que entretanto foi alterado, e que previa a extinção das freguesias da Maçussa e de Vale do Paraíso, tinha-se ateado uma fogueira para nada, uma vez que essa situação foi completamente abandonada. O projeto de lei ainda não começou a ser discutido na Assembleia da República. O próprio Governo admite a introdução de alterações à proposta de lei. A ANAFRE e a ANMP manifestaram-se abertamente contra a proposta de lei. Perante este cenário, o Sr. Presidente disse ser mais importante fazer uma discussão séria do assunto quando a lei for, de facto, aprovada. De acordo com a proposta de lei que vai ser agora discutida na AR, nas suas linhas gerais, diz que existem dois centros urbanos no Município de azambuja, Azambuja e Aveiras de Cima, que são intocáveis no respeita à lógica da fusão. Depois, há sete freguesias que não são classificadas como centros urbanos e, de acordo com a proposta de lei, a fusão da Maçussa é obrigatória e, para além dessa, é obrigatório fundir mais uma freguesia. No limite o Município ficaria



com duas freguesias urbanas e cinco freguesias não urbanas. A Fusão da Maçussa é obrigatória porque tem menos de 500 habitantes. A proposta de lei diz ainda que para haver fusão de freguesias tem que haver continuidade territorial. O que quer dizer que, e exemplificou, se Vila Nova da Rainha fosse uma das freguesias a fundir, seria obrigatoriamente com Azambuja. Diz ainda a referida proposta que até Junho os Órgãos Autárquicos, ou seja, a Assembleia Municipal tem que decidir qual é a reorganização ao nível das diversas freguesias. Elas podem manter-se como entidade sociocultural, o que perdem é a sua autonomia administrativa e podem chamar-se União das Freguesias de Maçussa e Vila Nova de S. Pedro ou U. F. Maçussa e Manique do Intendente, disse o Sr. Presidente a título de exemplo mais uma vez. ------Até Junho porque se trata de uma matéria muito controversa, anda tudo muito ocupado a ver qual é freguesia que se funde/extingue, e esqueceram, entretanto. que lhes tiraram o subsídio de férias. -----O Governo, nesta proposta de lei, concede uma benesse. As freguesias que se fundirem por deliberação da sua Assembleia Municipal têm um aumento, até ao fim do próximo mandato, de 15% nas transferências do Estado. Se assim não for, existe uma comissão, a Comissão Técnica da Assembleia da República, que decidirá, em cada Concelho, quais as freguesias que se irão fundir. Essas freguesias não terão direito à tal benesse. -----------Ainda assim, o Sr. Presidente é da opinião que se deve iniciar um processo sério de discussão, sem qualquer interesse partidário ou de manipulação partidária, com as populações, chamando, contudo, a atenção para o que se pretende em termos de lei, -----Terminou a sua intervenção informando que, apesar de todas as tentativas que têm sido feitas junto da Administração Central, ainda não se sabe mais nada acerca da Estação dos CTT de Alcoentre. --------- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro voltou a intervir para explicar que as leis influenciam-se antes de estarem feitas. Depois de feitas são factos consumados e de muito difícil modificação, pelo que, por este motivo, a sua moção tem todo o ---- O Sr. Deputado António José Rodrigues pediu mais uma vez a palavra dizendo que relativamente à EMIA não iria tecer mais comentários, pois, quer ele quer o Sr. Presidente da Câmara, têm uma opinião formada sobre o assunto. Como dizia o Deputado que o antecedeu, as leis têm de ser previamente discutidas antes de serem promulgadas. Reforçou que os Serviços da Câmara já podiam ter analisado o livro verde da reforma da administração pública, com as ponderações devidas, para o Sr. Presidente as colocar em discussão ao nível da Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Juntas e Assembleias de Freguesia. O Sr. Deputado disse não concordar que sejam os Serviços da Câmara a fazerem o estudo sobre a reforma judicial porque não conseguem, de forma nenhuma, sentir aquilo que as populações locais pensam sobre o que é melhor. É do conhecimento de toda a gente que um munícipe de Manique do Intendente, que se pretenda divorciar, sabe muito bem que o Tribunal de Sintra não lhe serve, preferirá ir para Rio Maior ou Santarém. Não sendo necessário um parecer jurídico da Câmara. ---------- O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer que não pediu aos Serviços da Câmara a elaboração de um mapa judiciário, o que pediu aos serviços foi para, em função da proposta de lei, o informarem das consequências para o Município de Azambuja. -----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes interveio para perguntar ao Sr. Presidente da Assembleia a razão de não ter entregue um exemplar do parecer do Tribunal de Contas juntamente com a documentação, por forma a poder agora responder ao Sr. Presidente da Câmara. Pediu ainda que lhe fosse dada resposta à questão que levantou anteriormente sobre as estradas. ---------- O Sr. Presidente da Assembleia informou que tem na sua posse um DVD que o disponibiliza a quem pretender consultá-lo. --------- Interveio a seguir o Sr. Presidente da Câmara para informar o Sr. Deputado David Mendes de que a Câmara não tem, atualmente, disponibilidade financeira para fazer intervenções nessas estradas. --------- O Sr. Deputado David Mendes interveio uma vez mais dizendo que, em caso de algum acidente grave, não aceitará que digam que não foram avisados. Quem fez uma estrada na Maçussa por onde ninguém passa, ou passa de vez em quando, e uma outra que liga Virtudes a Azambuja devia pensar nestas situações também. Estes são os exemplos dos tais erros conjunturais referidos anteriormente e que mais tarde se tornam estruturais, -----Não havendo mais intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia tomou a palavra para colocar à votação a ata da reunião extraordinária do dia 15 de Dezembro de 2012, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 27 votos a favor e 2 abstenções. ------O Sr. Presidente da Assembleia informou que iria, igualmente, colocar à votação uma proposta sobre a Composição da Comissão de Acompanhamento do PDM, que foi discutida previamente por todos os membros da Comissão Permanente, e a Moção apresentada pelo Deputado Municipal do Bloco de Esquerda. -----Colocada à votação a Proposta para a Composição da Comissão de Acompanhamento do PDM, foi a mesma aprovada por unanimidade. --------- Colocada à votação a Moção do BE sobre as Alterações Previstas nas Freguesias do Município, foi a mesma aprovada por maioria, com 25 votos a favor (18 do PS + 6 da CDU +1 do BE) e 4 votos contra da Coligação PFNT. Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos constantes da ordem do dia. -----ORDEM DO DIA Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal ---- O Sr. Deputado António Lavado dos Reis pediu a palavra para colocar algumas questões à Câmara, nomeadamente, o reordenamento da Av. 25 de Abril em Vale do Brejo, a reparação do complexo de piscinas de Azambuja e o plano de emergência externo da CLC. --------- O Sr. Deputado Manuel Couceiro também manifestou interesse em saber se já foram efetuados os pagamentos às Associações relativos a 2011 e regularizadas as transferências dos valores em atraso às Freguesias. --------- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Daniel Claro. Lembrou que na reunião da

10



credores da Câmara e da EMIA, e respetivos valores em divida, excluindo financiamentos bancários. Sobre a Praça de Touros quis saber quais os valores pagos e os valores faturados e o que é que foi feito em termos de autos de medição. Pretendeu ser esclarecido sobre a composição da rubrica "Fornecedores", uma vez que, na leitura do enfase do ROC, foi surpreendido com a menção das faturas da Ecoambiente na rúbrica "Acréscimo de Custos". Quis ainda saber da situação concreta das transferências da Câmara para a EMIA, se existe algum estudo sobre a reorganização interna da Câmara, nomeadamente, a fusão da DIOM com o Urbanismo, a redução do número de Vereadores, etc. Sabendo que foi reaberta a questão das contrapartidas da OTA, perguntou se o Sr. Presidente da Câmara já tinha alguma ideia sobre o assunto. Recomendou vivamente para que, desta vez, o processo não fique exclusivamente na mente do Sr. Presidente da Câmara mas que seja objeto de discussão da Assembleia Municipal, por forma a serem apresentadas, em tempo devido, as sugestões necessárias. --------- Para prestar os devidos esclarecimentos interveio o Sr. Presidente da Câmara. A obra do Vale do Brejo está adjudicada, contratada e consignada. Sobre as piscinas o Sr. Presidente disse que não sabia responder face ao contexto atual. Relativamente aos planos de emergência informou que as Juntas serão ouvidas. Os pagamentos às Juntas de Freguesia e às Associações de Bombeiros estão em dia. Os subsídios às Coletividades e a Instituições de caráter Social ainda não estão pagos, ------No que diz respeito à Quinta do Mor, o Sr. Presidente informou que a próxima reunião será já conclusiva. -----Em relação à pergunta sobre as Águas do Oeste, o Sr. Presidente disse que iria responder em duas vertentes. A relação contratual específica de Azambuja com as Águas do Oeste e a relação contratual entre os 16 municípios da AMO com as Águas de Portugal. Tem havido reuniões paralelas a estas duas vertentes, umas só com o nosso Município e outras com o conjunto dos outros 15 municípios. Chegou-se a acordo nalguma matéria, havendo outra que ainda não tem acordo formal, que diz respeito às dívidas de um dos parceiros para com outro e vice-versa, porque quando as Águas do Oeste enviaram a proposta de acordo, ela mencionava o saldo é favorável àquela empresa para pagar em três anos. Como esse assunto não tinha sido previamente discutido e porque em situações idênticas as negociações com os restantes municípios previam um prazo de oito anos, a Câmara de Azambuja entendeu que não devia aceitar um acordo para três anos. Entretanto, essa etapa foi ultrapassada, aguarda-se pelo texto da proposta. Quanto às questões de âmbito geral houve reuniões entre o Município de Azambuja e as Águas do Oeste e com 1 elemento do Conselho de Administração das Águas de Portugal e basearam-se em três pontos. Na contabilização apenas do consumo de água fornecida e do esgoto entregue e não na faturação dos mínimos, matéria esta que foi aceite. Para a não existência de juros de mora não houve uma aceitação clara, mas houve alguma abertura. Também para a questão dos oito anos, apesar de não ter havido também uma aceitação clara, houve uma certa abertura. A proposta para a aquisição de 2% do capital das Águas do Oeste pelos 16 municípios da AMO foi rejeitada. O Sr. Presidente informou ainda que existe um acordo de pagamento com a Ecoambiente. -----Sobre os maiores dez credores da CMA informou também o Sr. Presidente não ter presente os nomes de todos, tendo identificado a Ecoambiente, a Valorsul, EMIA e Aguas do Oeste. A EMIA não tem credores. -----Relativamente à Praça de Toiros disse que está tudo faturado e pago e as transferências da Câmara para a EMIA estão muito atrasadas. --------------------

Câmara enquanto não forem aprovadas as linhas que dizem respeito a esta matéria sendo certo que nunca fará a junção do Urbanismo com as Obras Municipais. Sobre a contrapartidas disse que houve uma reunião com o Sr. Secretário de Estado de Economia onde foi ressuscitado este assunto, tendo o mesmo dito que tinha de se inteirar sobre o processo. Ficou combinado que o Sr. Secretário de Estado iria através do seu Chefe de Gabinete, fazer uma ronda pelos diversos Ministérios para ver, dos projetos incluídos nas contrapartidas, quais os que teriam viabilidade para desta forma, voltar a renegociá-los.
A pedido do Sr. Presidente interveio a Sra. Dra. Irene Lameiro, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara, para informar que a rubrica "Acréscimos de Custos" foi devidamente corrigida. No que diz respeito à classificação dos fornecedores disse que disponibilizaria um balancete de 31 de Dezembro onde eles estão discriminados, bem como os respetivos valores.
O Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira interveio a seguir para dizer que a informação que o Sr. Presidente da Câmara deu ao Sr. Deputado António Lavado dos Reis não corresponde com a informação institucional que tem dos Vereadores em relação ao reordenamento da Rua 25 de Abril. Aquela obra está dependente das Águas de Azambuja. A empresa pretende aproveitar as obras para fazer uns determinados acertos. Por este facto, a responsabilidade de a obra não começar, apesar de já ter sido entregue, não é do empreiteiro, mas sim das Águas de Azambuja.
O Sr. Vice-Presidente interveio a fim de dar a explicação sobre esta obra. Informou que houve uma reunião na Junta de Freguesia de Aveiras de Cima para apresentação daquele projeto e mais tarde o Sr. Presidente da Junta inquiriu-o sobre o motivo de a obra nunca mais ter início. Verificado o assunto junto dos serviços, o Sr. Vice-Presidente confirmou ter sido essa a informação que deu ao Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira.
Esgotada a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte
Ponto 2 - Protocolo com Juntas de Freguesia - Delegação de Competências P 09/P/2012
O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer a apresentação da presente proposta
Presidente para o novo protocolo não reflete as alterações aprovadas na última sessão de Câmara, pelo que, na sua opinião, esta proposta terá de ser revista O Sr. Presidente da Câmara respondeu que com o texto da proposta pretendeu-se que algumas cláusulas do protocolo anterior sejam alteradas. As cláusulas que aparecem em anexo correspondem ao texto do protocolo anterior
Para apresentar a matéria constante desta proposta, interveio o Sr. Presidente



---- O Sr. Deputado Manuel Couceiro pediu a palavra para dizer que, na última reunião da Assembleia Municipal, a uma pergunta do munícipe Rúben Mateus sobre a construção do Parque Urbano da Milhariça, O Sr. Presidente da Câmara respondeu que atualmente não tinha capacidade financeira para o fazer e a EMIA corria o risco de ser extinta. Ora, não havendo condições para o Parque da Milhariça, não faz sentido que as haja para os Parques de Estacionamento. Mas, ainda assim, se a obra for para frente a Coligação PFNT sugere que a primeira ½ hora de estacionamento, dentro da Vila, seja grátis. Nos parques exteriores, um deles deveria ter estacionamento gratuito. --------- O Sr. Deputado Municipal David Mendes interveio dizendo que esta proposta se refere a tarifas e não à localização dos parques. No entanto, do seu ponto de vista, estes parques não dão alternativa aos utentes, pois não oferecem segurança nem para os carros nem para as pessoas. Disse parecer-lhe também, olhando para a Vila de Azambuja, que não há um buraco que não tivesse ainda sido taxado pelo Sr. Presidente da Câmara. Segundo o Sr. Deputado Municipal, esta proposta só aparece porque o Sr. Presidente, de acordo com o parecer do Tribunal de Contas, tem que dar algum rendimento à EMIA para que ela não acabe. Referiu ainda que, de acordo com a legislação, tem de haver dois parques gratuitos. Se a presente proposta não contemplar essa situação a CDU votará contra esta proposta. --------- A seguir interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro dizendo ter feito parte, no âmbito da Associação a que pertence, de alguma discussão em relação a esta matéria mas, ao contrário do habitual, irá participar na votação e na discussão, com a reserva de que não se referirá aos assuntos tratados na naquela reunião. Começou por dizer que a opinião do BE neste assunto é conhecida, tendo na altura apresentado de uma recomendação, que foi recusada. Essa recomendação dizia que a primeira ½ hora de estacionamento devia de ser gratuita. Na altura, o Sr. Presidente da Câmara informou que a empresa tinha dito que, do ponto de vista técnico, era impossível. De qualquer forma, o BE mantém a sua posição em relação à dita ½ hora. Acrescentou que o BE também mantem a mesma posição dos Deputados Municipais que o antecederam, sobre o facto de não existir ordenamento nenhum, sendo até uma violência que não haja um espaço, excetuando a Ónia, onde se possa estacionar gratuitamente. Assim sendo é da opinião que, pelo menos, um dos parques deve ser gratuito, não esquecendo que o ordenamento da rua principal de Azambuja é uma questão vital para o reforço da atividade comercial. -----O Sr. Deputado Daniel Claro frisou, no entanto, que as suas maiores preocupações prendem-se com outras questões. Nesta altura, o aparecimento deste processo parece-lhe ser uma tentativa, quase em desespero de causa, para salvar a EMIA. Muito embora a lei ainda não tenha saído, a Câmara já se vai precavendo. A engenharia financeira que o Sr. Presidente apresentou na Câmara Municipal parece, aos olhos do BE, uma habilidade duvidosa e até de legalidade discutível, que é arranjar alguém que forneça os equipamentos e espere três anos para receber o dinheiro. Perante isto, quis saber o motivo de a primeira proposta contemplar a concessão a privados e a que vem hoje à Assembleia, a capear o investimento, vem referida a EMIA, mas não se vê o compromisso de que o estacionamento em Azambuja, com o argumento da situação financeira, não venha mais tarde a passar para as mãos de privados. Neste sentido, perguntou diretamente ao Sr. Presidente da Câmara se assumia o compromisso, perante a Assembleia, de que o estacionamento

de Azambuja será sempre de gestão pública sem qualquer tipo de concessão a privados. Não sabendo quanto é o investimento previsto, quis saber se o Sr. Presidente da Câmara assumia, também hoje, o compromisso de lançar um concurso público sem restrições nesta matéria e com as cláusulas que afirmou em sessão de Câmara, --------- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para informar que o Grupo do PS tinha feito chegar à Mesa um Requerimento para a continuação dos trabalhos até ao final da discussão da Ordem do Dia, sem que seja ultrapassada 1 hora. Colocado à votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 24 votos a favor e 3 votos contra. ----- Á Sra. Deputada Municipal Dina Patrício interveio querendo saber se já estão estabelecidos os tarifários para os parques de estacionamento localizados junto à Estação da CP. Na sua opinião o estacionamento nestes dois parques deveria ser gratuito ou, na pior das hipóteses, taxado simbolicamente, uma vez que a maioria dos munícipes, por não terem trabalho no Concelho, já têm de suportar os encargos com os transportes que utilizam diariamente, nomeadamente, carro e comboio. ---- Interveio a seguir o Sr. Deputado António Lavado dos Reis querendo saber a quem pertence o direito de utilizar o Parque de Estacionamento do Centro de Saúde, uma vez que, segundo informações que conseguiu obter, nem os doentes nem os médicos têm lugar reservado no referido estacionamento. ---------- O Sr. Deputado António José Rodrigues pediu também a palavra para chamar a atenção para o texto utilizado nalguns artigos do presente regulamento. ---- Ó Sr. presidente da Câmara tomou a palavra para explicar que o processo do parque de estacionamento já se iniciou acerca de três anos. Tem um investimento estimado em 600.000 euros, sendo que a recuperação do parque de estacionamento do lado de lá da linha da CP tem um peso de cerca de 300.000 euros e é um investimento destinado a servir pessoas que, na sua generalidade, nem são do Concelho. As tarifas propostas para o lado de lá da estrada nacional são significativamente mais baixas que as propostas no interior da vila. Informou ainda o Sr. Presidente que todo o estacionamento a norte da Rua dos Campinos é grátis.----O Conselho de Administração da EMIA não deliberou ainda sobre a forma como vai fazer os concursos. A lei permite fazer o ajuste direto com um leque grande de empresas convidadas para estas matérias e também permite fazer concurso público. Lembrou ainda o Sr. Presidente que, na primeira deliberação tomada pela Assembleia Municipal, a primeira meia hora seria grátis e a segunda seria tarifada em função da única proposta da empresa concorrente. -----Após ter sido feita uma ronda por alguns parques de estacionamento das redondezas, concluiu-se não haver nenhum em que primeira meia hora seja grátis. A explicação técnica para isso é que havendo uma fração de tempo grátis implica que haja muito estacionamento de longa duração. O que se pode fazer, para ultrapassar a situação, é ir de vez em quando renovar o ticket. -----Esclareceu ainda o Sr. Presidente que só avançará com esta proposta se ela for financeiramente viável, uma vez que, neste momento, nem a Câmara, nem a EMIA têm margem para avançar com este tipo de propostas. --------- O Sr. Deputado David Mendes Interveio para dizer que se deu ao trabalho de ir consultar as plantas da localização exatas dos lugares de estacionamento da Vila de Azambuja e aquilo que o Sr. Presidente estava a dizer não correspondia à verdade, ou por deficiência da leitura que fez, ou então por deficiência do próprio projeto por não ter a legenda colada. Interpretando os símbolos que lá estão, todos os lugares são pagos com exceção dos moradores. Relativamente ao parque do Centro de Saúde,



o Sr. Deputado Municipal acha extraordinário não haver lugares devidamente assinalados para as pessoas que lá se deslocam em situação de urgência. A CDU entende que o estacionamento tem de ser disciplinado e tem de ter taxação dentro da Vila, como é óbvio, mas tem de haver alternativas sérias. O parque nascente e poente da Vila terão de ser necessariamente gratuitos, porque só assim é que se compreende a prática dissuasora no centro da Vila para quem lá estaciona durante muito tempo. Se assim não for a CDU votará contra. --------- O Sr. Daniel Claro pediu mais uma vez a palavra para lembrar ao Sr. Presidente da Câmara que, se este projeto não for financeiramente viável, existem outros meios para resolver a questão do estacionamento, ao alcance da Câmara, inclusive do ponto de vista legal. --------- O Sr. Presidente da Câmara interveio para dizer que o artigo 10º do regulamento prevê as questões levantadas pelos Senhores Deputados Justino Oliveira e David Mendes. --------- Discutida a proposta nº P 11/P/2012 foi a mesma colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 17 votos a favor do PS, 9 votos contra (6 da CDU e 3 da Coligação PFNT) e 1 abstenção do BE. -----Ponto 4 - Demonstrações Financeiras 1º Semestre 2011 - Informação N° 13/P/2011 ---- A pedido do Sr. Presidente da Câmara interveio o Sr. Dr. Ricardo Portela, Chefe da Divisão Financeira, para fazer uma breve apresentação da matéria constante desta informação. --------- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro pediu a palavra para dizer que a discussão destas informações é muito importante, apesar de não serem votadas. Disse também que tinha feito todo o sentido que esta informação tivesse ido à reunião realizada em Janeiro, a pedido do BE, sobre a situação financeira da Câmara, uma vez que o parecer do ROC data de Outubro. --------- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Manuel Couceiro guerendo saber a razão desta informação só agora vir à Assembleia Municipal. -------- O Sr. Deputado David Mendes também quis intervir para pedir a confirmação dos valores indicados no parecer do ROC sobre a Valorização do Património de 500.000 euros e uma dívida por liquidar às Águas do Oeste na ordem dos 2.000.000 de euros. Quis ainda saber se a dívida à empresa que faz a recolha dos resíduos sólidos se mantem, os valores exatos das rubricas, retiradas ou mantidas, sobre o processo de indemnização da OPEL, o valor que entrou em contas do Biotério Central, o valor entrado em contas do contrato promessa de compra e venda celebrado com a cooperativa de habitação económica de Azambuja - Socasa. Pediu, igualmente, esclarecimentos sobre um valor que vem referido na pág.9 desta informação, na rubrica dívidas de terceiros de curto prazo, um empréstimo contraído para pagar dívidas de curto prazo e um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 992,000 euros e, ainda, o valor de credores pela execução do orçamento. Por último pretendeu saber se o total do passivo ainda se situa nos 30.000.000 de Euros ou se já sofreu alguma alteração. A terminar a sua intervenção criticou o facto de só agora ter sido dado conhecimento desta informação à Assembleia Municipal, uma vez que já há contas fechadas a 31 de Dezembro e as discutidas hoje referem-se a 30 de Junho. ---------- Para prestar os respetivos esclarecimentos, interveio a Dra. Irene Lameiro a pedido do Sr. Presidente da Câmara. Relativamente à divida da ECOAMBIENTE disse

que atualmente ronda os 700.000 euros. O acordo que houve com a empresa foi no sentido de se pagar mensalmente um valor entre 65.000/70.000 €, consoante as disponibilidades da Câmara, sendo que o valor da faturação mensal anda à volta dos 55.000 euros. O remanescente será para amortização da dívida. O valor do processo da OPEL é de 902.000 €. Sobre a Socasa, o valor a entregar à Câmara cifra-se nos 430.000€. Em relação ao Biotério a Sra. Dra. Irene disse não estar, no momento, de posse do valor certo. Ainda assim o valor que foi introduzido no orçamento deste ano teve por base cálculos quanto aos metros quadrados do terreno a ceder, do valor/m2 do direito de superfície e do valor do número de anos de cedência desse direito de superfície. -----Relativamente aos limites de endividamento, o lapso que houve diz respeito à classificação apontada no documento pelos revisores e não vem, de todo, alterar os limites de endividamento da Câmara. Esses limites foram alterados no início deste ano mas por imperativo legal. Mesmo que tivesse sido bem classificado já se tinha perdido capacidade de endividamento só na passagem do ano, pelo que não teve qualquer reflexo. Terá tido, isso sim, quanto ao cálculo do prazo médio de pagamento, mas não quanto ao endividamento. ---------- Para prestar os restantes esclarecimentos interveio o Sr. Dr. Ricardo Portela. -----Disse que a divida da AdO de 1,9 milhões de euros se mantem. Explicou que a divergência, quanto à avaliação das infraestruturas de saneamento, é menor e rondará os 180.000€ porque a AdO, no âmbito das negociações, sobrevalorizou as infraestruturas de saneamento mas não foi ao patamar que a Câmara pretendia. Os credores sobre a execução orçamental respeitam às ordens de pagamento que estavam em curso à data do fecho de contas, ou seja, são ordens de pagamento emitidas e não pagas à data de 30 de Junho. O valor do passivo referido pelo Sr. Deputado Municipal David Mendes está a considerar, dentro desse passivo, a totalidade dos passivos, isto é, há passivos que configuram dívidas propriamente ditas e há outros passivos que respeitam aos proveitos diferidos, a subsídios ou investimentos, que têm a ver com regras contabilísticas. São financiamentos que o município obtém mas que vão sendo imputados a proveitos ao longo a vida útil dos ativos que são financiados e rondam os 11 milhões de euros. A dívida propriamente dita são os 9,8 milhões de euros de empréstimos bancários a médio e longo prazo, mais a componente exigível no curto prazo, que são 992.000 €, e ainda o remanescente que está discriminado na informação e que diz respeito a dívidas a fornecedores e outros credores de curto prazo. Quanto à evolução do passivo, em termos de dívidas, como foi apontado pelo Sr. Deputado Daniel Claro, relativamente à enfase do Revisor e relacionada com os acréscimos de custos, haverá, necessariamente, um aumento deste passivo por via dessa reclassificação. ---------- O Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas interveio guerendo saber a razão de este documento não ter sido apresentado há mais tempo, --------- O Sr. Presidente da Câmara interveio para informar que a informação não veio mais cedo devido ao facto de duas reuniões da Assembleia terem sido extraordinárias e a outra ser ordinária mas exclusivamente para o orçamento. --------- Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia deu por concluído este ponto, -----APROVAÇÃO POR MINUTA ---- O Segundo Secretário da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da ata da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por

unanimidade. -----



A ata foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro
Eram zero horas e quarenta um minutos do dia 1 de Março de 2012, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião.
Para constar se lavrou a presente ata em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa.

